

SERVENG CIVILSAN S.A. - EMPRESAS  
ASSOCIADAS DE ENGENHARIA

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2017

SERVENG CIVILSAN S.A. - EMPRESAS ASSOCIADAS DE ENGENHARIA

Demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2017

Conteúdo

Relatório da Administração

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

# **Relatório da Administração**

## **Senhores acionistas**

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial bem como as respectivas Demonstrações Financeiras, do exercício findo em 31 de dezembro de 2017. Ressalta-se ainda que a Serveng Civilsan S.A., com a constante preocupação de atender com eficácia seus clientes, firma o seu compromisso com o desempenho empresarial competitivo, a melhoria contínua de seus processos e produtos, a prevenção da poluição, a segurança e a saúde das pessoas. A Diretoria coloca-se à disposição dos prezados Acionistas para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

São Paulo, 29 de março de 2018.

**A Diretoria**

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos  
Acionistas e diretores da  
Serveng Civilsan S.A. - Empresas Associadas de Engenharia  
São Paulo - SP

### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Serveng Civilsan S.A. - Empresas Associadas de Engenharia ('Companhia'), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Serveng Civilsan S.A. - Empresas Associadas de Engenharia em 31 de dezembro de 2017, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Serveng Civilsan S.A. - Empresas Associadas de Engenharia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## Outros assuntos

### Auditoria do período anterior

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Serveng Civilsan S.A. – Empresas Associadas de Engenharia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram examinadas por outro auditor independente que emitiu relatório em 31 de março de 2017 com opinião sem modificação para as demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

### Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de março de 2018.

## Serveng-Civilsan S.A. Empresas Associadas de Engenharia

### Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Consolidado		Controladora		Passivo e patrimônio líquido	Nota	Consolidado		Controladora	
		2017	2016	2017	2016			2017	2016	2017	2016
<b>Circulante</b>						<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	4	62.436	38.128	46.504	13.372	Fornecedores	14	59.689	79.050	33.157	36.413
Contas a receber	5	136.233	270.841	86.924	192.081	Empréstimos e financiamentos	15	7.730	17.264	7.730	16.038
Estoques	6	21.630	29.611	17.340	22.948	Obrigações tributárias	16	24.985	63.223	19.360	54.602
Impostos a recuperar	7	51.810	63.013	49.721	45.000	Salários e férias a pagar		25.114	26.992	12.479	20.471
Dividendos a receber	19	162	104	7.836	8.778	Dividendos a pagar		-	171	-	171
Participações em consórcios	8	-	-	35.986	54.606	Outras contas a pagar	18	9.419	12.359	5.339	8.334
Despesas antecipadas		3.624	6.062	3.487	3.858						
Outras contas a receber	9	48.965	40.221	38.708	39.218			126.937	199.059	78.065	136.029
		<u>324.860</u>	<u>447.980</u>	<u>286.506</u>	<u>379.861</u>						
<b>Não circulante</b>						<b>Não circulante</b>					
Contas a receber	5	124.942	128.989	124.942	128.989	Empréstimos e financiamentos	15	2.314	9.958	-	6.042
Precatórios a receber	10	81.514	62.491	81.514	62.491	Obrigações tributárias	16	7.681	7.905	7.542	7.699
Depósitos judiciais	17	27.652	25.357	25.357	25.357	Mútuos	19	5.570	2.864	5.570	3.827
Imóveis a comercializar		3.550	858	3.550	858	Adiantamento para futuro aumento de capital		85.569	900	85.569	900
Mútuos	19	6.080	2.019	6.080	2.019	Provisão para contingências	17	67.463	27.404	59.298	22.598
Adiantamento para futuro aumento de capital	19	38.195	38.195	38.195	53.230	IR e CS diferido	26	-	71.507	-	71.507
Ativos financeiros		498	468	498	468	Receita diferida		-	14.018	-	754
Impostos a recuperar		1.010	-	1.010	-	Outras contas a pagar	18	18.231	13.757	10.283	6.013
Outras contas a receber	9	74.524	98.675	70.310	98.634			186.828	148.313	168.262	119.340
Investimentos	11	24.161	25.665	11.706	4.244	<b>Patrimônio líquido</b>					
Imobilizado	12	192.510	228.478	182.393	211.130	Capital social	20	904.203	903.303	904.203	903.303
Intangível	13	30.143	34.151	30.140	34.042	Prejuízos acumulados		(321.093)	(189.208)	(321.093)	(189.208)
						Ajuste de avaliação patrimonial		32.764	31.859	32.764	31.859
		<u>604.779</u>	<u>645.346</u>	<u>575.695</u>	<u>621.462</u>			615.874	745.954	615.874	745.954
<b>Total do ativo</b>		<b><u>929.639</u></b>	<b><u>1.093.326</u></b>	<b><u>862.201</u></b>	<b><u>1.001.323</u></b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b><u>929.639</u></b>	<b><u>1.093.326</u></b>	<b><u>862.201</u></b>	<b><u>1.001.323</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Serveng-Civilsan S.A. Empresas Associadas de Engenharia

## Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2017	2016	2017	2016
Receita operacional líquida	21	633.204	978.070	626.469	943.613
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	22	<u>(637.609)</u>	<u>(918.621)</u>	<u>(625.885)</u>	<u>(876.719)</u>
<b>Lucro bruto</b>		<u>(4.405)</u>	<u>59.449</u>	<u>584</u>	<u>66.894</u>
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>					
Administrativas, comerciais e gerais	23	(193.060)	(235.289)	(191.382)	(221.020)
Resultado de equivalência patrimonial		591	(44.745)	(8.321)	(50.164)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	24	<u>(52.980)</u>	<u>45.802</u>	<u>(50.715)</u>	<u>28.102</u>
		<u>(245.449)</u>	<u>(234.232)</u>	<u>(250.418)</u>	<u>(243.082)</u>
<b>Resultado operacional</b>		<u>(249.854)</u>	<u>(174.783)</u>	<u>(249.834)</u>	<u>(176.188)</u>
Despesas financeiras	25	(10.042)	(12.974)	(9.998)	(12.549)
Receitas financeiras	25	<u>56.894</u>	<u>38.364</u>	<u>56.811</u>	<u>38.191</u>
		<u>46.852</u>	<u>25.390</u>	<u>46.813</u>	<u>25.642</u>
<b>Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social</b>		<u>(203.002)</u>	<u>(149.393)</u>	<u>(203.021)</u>	<u>(150.546)</u>
Imposto de renda e contribuição social - corrente	26	(870)	(5.052)	(851)	(3.677)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	26	<u>72.892</u>	<u>322</u>	<u>72.892</u>	<u>100</u>
<b>Prejuízo do exercício</b>		<u><b>(130.980)</b></u>	<u><b>(154.123)</b></u>	<u><b>(130.980)</b></u>	<u><b>(154.123)</b></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



# Serveng-Civilsan S.A. Empresas Associadas de Engenharia

## Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

*(Em milhares de Reais)*

	<u>Consolidado</u>		<u>Controladora</u>	
	<u>2017</u>	<u>2016</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Prejuízo do exercício	<u>(130.980)</u>	<u>(154.123)</u>	<u>(130.980)</u>	<u>(154.123)</u>
<b>Resultado abrangente total</b>	<b><u>(130.980)</u></b>	<b><u>(154.123)</u></b>	<b><u>(130.980)</u></b>	<b><u>(154.123)</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Serveng-Civilsan S.A. Empresas Associadas de Engenharia

## Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	<b>Capital social</b>	<b>Ajuste de avaliação patrimonial</b>	<b>Prejuízos acumulados</b>	<b>Total Consolidado</b>	<b>Total Controladora</b>
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2016</b>	<b>800.000</b>	<b>31.064</b>	<b>(34.290)</b>	<b>796.774</b>	<b>796.774</b>
Aumento de capital	103.303	-	-	103.303	103.303
Realização do custo atribuído de ativos, líquido de tributos diferidos	-	795	(795)	-	-
Prejuízo do exercício	-	-	(154.123)	(154.123)	(154.123)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>903.303</b>	<b>31.859</b>	<b>(189.208)</b>	<b>745.954</b>	<b>745.954</b>
Aumento de capital	900	-	-	900	900
Realização do custo atribuído de ativos, líquido de tributos diferidos	-	905	(905)	-	-
Prejuízo do exercício	-	-	(130.980)	(130.980)	(130.980)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>904.203</b>	<b>32.764</b>	<b>(321.093)</b>	<b>615.874</b>	<b>615.874</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Serveng-Civilsan S.A. Empresas Associadas de Engenharia

## Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Consolidado		Controladora	
	2017	2016	2017	2016
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>				
<b>Prejuízo do exercício</b>	(130.980)	(154.123)	(130.980)	(154.123)
<b>Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais:</b>				
(Reversão) para perdas com estoques e outros	(744)	(835)	(744)	(835)
Juros e variações monetárias	218	(2.744)	218	917
Constituição provisão para devedores duvidosos e ajuste a valor presente de contas a receber	33.745	(8.193)	34.092	(8.193)
Juros e variações monetárias sobre precatórios a receber	(28.545)	-	(28.545)	-
Depreciação e amortização	23.773	45.513	27.500	31.561
Provisão para contingências	38.533	(384)	37.469	19.203
Custo residual do ativo imobilizado, intangível e da propriedade para investimentos baixados	16.924	3.308	5.860	137
Ganho na alienação de investimentos	(9)	(38.601)	(2.649)	(37.378)
Perda de mudança participação de investimentos	-	(71)	-	1.470
Custo residual de investimentos baixados	-	1.715	-	-
Ganho (perda) na variação do valor justo de investimentos e propriedade para investimentos	(30)	(156)	(30)	(156)
Passivo fiscal diferido	(71.507)	(697)	(71.507)	(475)
Equivalência patrimonial	(591)	44.745	8.321	50.164
	<u>(119.213)</u>	<u>(110.523)</u>	<u>(120.995)</u>	<u>(97.708)</u>
<b>(Aumento) Redução nos ativos operacionais:</b>				
Contas a receber	108.464	(87.184)	78.666	(45.520)
Estoques	7.981	18.886	5.608	(4.641)
Precatórios a receber	5.968	10.471	5.968	10.471
Impostos a recuperar	11.203	(13.167)	(4.721)	(13.916)
Participações em consórcios	-	-	18.620	(39.462)
Despesas antecipadas	2.438	3.471	371	3.008
Outras contas a receber	(9.799)	24.553	(576)	21.713
Depósitos judiciais	(769)	(7.639)	(769)	(13.608)
<b>Aumento (Redução) nos passivos operacionais:</b>				
Fornecedores	(19.361)	17.081	(3.256)	(2.197)
Obrigações tributárias	(38.462)	9.123	(35.399)	6.902
Salários e férias a pagar	(1.878)	(4.798)	(7.992)	(1.951)
Receita diferida	(14.018)	13.234	(754)	(30)
Outras contas a pagar	(7.266)	(59.946)	(3.311)	(1.927)
<b>Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais</b>	<u>(74.712)</u>	<u>(186.438)</u>	<u>(68.540)</u>	<u>(178.866)</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>				
Mútuo com partes relacionadas	(12.180)	(47.208)	(12.190)	(46.533)
Investimentos em SCPs	-	(63.825)	-	(63.825)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	(166)	(15.205)
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(623)	(13.506)	(623)	(5.699)
<b>Caixa líquido gerado aplicado nas atividades de investimentos</b>	<u>(12.803)</u>	<u>(124.539)</u>	<u>(12.979)</u>	<u>(131.262)</u>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamentos</b>				
Adiantamento para futuro aumento de capital	124.900	171.915	124.900	165.275
Mútuo com partes relacionadas	4.620	9.350	4.620	9.320
Pagamentos de empréstimos, incluindo juros	(17.697)	(24.713)	(14.869)	(19.204)
<b>Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos</b>	<u>111.823</u>	<u>156.552</u>	<u>114.651</u>	<u>155.391</u>
<b>Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa</b>	<u><b>24.308</b></u>	<u><b>(154.425)</b></u>	<u><b>33.132</b></u>	<u><b>(154.737)</b></u>
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>				
No início do exercício	38.128	192.553	13.372	168.109
No fim do exercício	<u>62.436</u>	<u>38.128</u>	<u>46.504</u>	<u>13.372</u>
<b>Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa</b>	<u><b>24.308</b></u>	<u><b>(154.425)</b></u>	<u><b>33.132</b></u>	<u><b>(154.737)</b></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

### 1 Contexto operacional

A Serveng-Civilsan S.A. - Empresas Associadas de Engenharia (Serveng ou Companhia) está situada na Rua Deputado Vicente Penido, 255 - Vila Maria CEP: 02064-120 - São Paulo /SP, atua no segmento de construção civil, destacando-se a execução de obras de terraplenagem, pavimentação, rodovias, ferrovias, aeroportos, portos, canais, barragens, edificações, túneis, pontes, viadutos, armação e operação de embarcações destinadas à execução das obras, produção e comercialização de pedras britadas, massa asfáltica e outros minerais. As controladas têm por objeto atividades em linha com as áreas de atuação da Companhia, em especial serviços de dragagem e prestação de serviços de gestão e exploração de centros comerciais.

### 2 Base de preparação e resumo das principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão resumidas abaixo.

#### 2.1 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

##### a. *Declaração de conformidade com relação às normas do CPC*

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 29 de março de 2018.

##### b. *Base de mensuração*

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o custo atribuído de terrenos, edificações, ônibus, aeronaves, o valor justo de ativos classificados como propriedades para investimentos na data de transição para o CPC, o valor justo de determinadas participações societárias mantidas em companhias abertas e os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

##### c. *Base de consolidação*

Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*). As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Para ser classificada como uma entidade controlada em conjunto, deve existir um acordo contratual que permite a Companhia o controle compartilhado da entidade e dá a Companhia direito aos ativos líquidos da entidade controlada em conjunto, e não direito aos seus ativos e passivos específicos. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação.

Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, investimentos em controladas também são contabilizados com o uso desse método. Saldos e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

**d. Moeda funcional e moeda de apresentação**

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo possível, exceto quando indicado de outra forma.

**e. Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação dessas demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC exige que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistos periodicamente. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas.

As informações sobre incertezas sobre as premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em ajuste material dentro dos próximos exercícios sociais estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 5** - Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa;
- **Nota 8** - Participações em consórcios;
- **Nota 11** - Recuperabilidade de ágio;
- **Nota 12** - Revisão da vida útil do imobilizado;
- **Nota 17** - Provisão para contingências.
- **Nota 26** - Impostos diferidos;

## 2.2 Descrição das principais práticas contábeis

### a. *Instrumentos financeiros*

A Companhia classifica ativos e passivos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado (aplicações financeiras e ativos financeiros), investimentos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis (caixa e equivalente de caixa, contas a receber de clientes e outras contas a receber de clientes), custo amortizado (fornecedores e subempreiteiros, empréstimos e financiamentos e outras contas a pagar) e ativos financeiros disponíveis para venda.

A Companhia classifica passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros.

#### (i) *Ativos e passivos financeiros não derivativos – reconhecimento e desreconhecimento*

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros, incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado, são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao reconhecimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Os principais ativos reconhecidos na Companhia e suas controladas são: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, partes relacionadas, precatórios a receber e outros recebíveis.

#### (ii) *Ativos financeiros não derivativos – mensuração*

##### **Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado**

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

##### **Ativos financeiros mantidos até o vencimento**

Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

### **Empréstimos e recebíveis**

São ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados em um mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado por meio do método de juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outros créditos.

### **Caixa e equivalentes de caixa**

Abrangem saldos de caixa, bancos conta movimento e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

#### *(iii) Passivos financeiros não derivativos - mensuração*

A Companhia reconhece os passivos financeiros não derivativos inicialmente na data de negociação, na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado, através do método dos juros efetivos. A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores, partes relacionadas e outras contas a pagar.

### **Capital Social - ações ordinárias**

São classificadas como patrimônio líquido.

#### *(iv) Instrumentos financeiros derivativos*

A Companhia não contratou operações de instrumentos financeiros derivativos nos exercícios de 2017 e 2016.

#### *(v) Categoria dos instrumentos financeiros*

Os instrumentos financeiros estão classificados em: Empréstimos e recebíveis (caixa e equivalente de caixa, contas a receber de clientes e outras contas a receber de clientes), Valor justo por meio do resultado (aplicações financeiras e ativos financeiros) e Custo amortizado (fornecedores e subempreiteiros, empréstimos e financiamentos e outras contas a pagar).

#### **b. Caixa e equivalentes de caixa**

Incluem dinheiro em espécie, depósitos bancários, investimentos financeiros de curto prazo de alta liquidez com vencimentos inferiores a três meses e com risco insignificante de mudança de valor de mercado.

#### **c. Contas a receber**

As contas a receber de clientes são registradas pelos valores relacionados com as medições de serviços a faturar e valores efetivamente faturados, os quais incluem os respectivos impostos. A provisão para devedores duvidosos foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos.

O cálculo do valor presente é efetuado para cada transação com base numa taxa de juros que reflete o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente de contas a receber é feita na receita bruta no resultado. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do faturamento é considerada receita financeira e é apropriada com base nos métodos do custo amortizado e da taxa de juros efetiva ao longo do prazo de vencimento da transação.

**d. Estoques**

Os estoques de matéria-prima, materiais auxiliares e outros estoques são avaliados e demonstrados ao custo médio de compra, inferiores ao custo de reposição ou aos valores de realização. Os estoques de produtos acabados são formados pelos custos de matéria-prima aplicada, mão-de-obra direta, outros custos diretos e gastos gerais de fabricação relacionados, sempre considerando a capacidade normal de produção, e estão apresentados por valores inferiores ao preço líquido de realização.

**e. Ativos arrendados**

**(i) Arrendamento mercantil operacional**

Os pagamentos efetuados sob um contrato de arrendamento operacional são reconhecidos nos resultados dos exercícios em bases lineares pelo prazo do contrato de arrendamento.

**(ii) Arrendamento mercantil financeiro**

Determinados contratos de arrendamento mercantil transferem substancialmente para a Companhia os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo. Esses contratos são caracterizados como contratos de arrendamento financeiro e os ativos são reconhecidos pelo valor justo ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos previstos em contrato, dos dois o menor. Os bens reconhecidos como ativos são depreciados pelas taxas de depreciação aplicáveis a cada grupo de ativo e/ou prazo de concessão, dos dois o menor. Os encargos financeiros relativos aos contratos de arrendamento financeiro são apropriados ao resultado ao longo do prazo do contrato, com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

**f. Participações em consórcios**

As participações em consórcios são reconhecidas linha a linha no balanço patrimonial e no resultado do exercício de acordo com o percentual de participação mantido em cada consórcio. A provisão para perdas com encerramento de consórcios, quando aplicável, é reconhecida no passivo circulante.

**g. Depósitos judiciais**

Os depósitos em juízo, que representam ativos restritos da Companhia, são relacionados a quantias depositadas e mantidas em juízo até a resolução das questões legais relacionadas. Estes depósitos são mensurados pelo custo amortizado. Nos casos em que há provisão para contingências, as mesmas são apresentadas deduzidas dos respectivos depósitos judiciais.

**h. Investimentos**

**(i) Investimentos em controladas e coligadas**



Os investimentos em controladas e coligadas com participação no capital votante superior a 20% ou com influência significativa e em demais sociedades que fazem parte de um mesmo grupo ou que estejam sob controle comum são avaliadas por equivalência patrimonial.

Outros investimentos que não se enquadrem na categoria acima são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para desvalorização, quando aplicável.

(ii) *Outros investimentos*

Investimentos mensurados ao valor justo estão compostos por ações negociadas em Bolsa de Valores, as quais foram avaliadas ao mercado pelo preço da ação negociada na data do encerramento do exercício.

i. *Imobilizado*

Os bens integrantes do ativo imobilizado, representados por ativos tangíveis, foram inicialmente registrados ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido da respectiva depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada, quando aplicável.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente e os efeitos de quaisquer mudanças nas estimativas são contabilizados prospectivamente. Os terrenos não estão sujeitos a depreciação.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos obtidos com a venda do ativo em relação ao seu valor contábil registrado na data da alienação, e são reconhecidos na rubrica “Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas” na demonstração do resultado.

j. *Intangível*

Os ativos intangíveis são bens incorpóreos, identificáveis, sob o controle da Companhia que geram benefícios econômicos futuros.

Os ativos intangíveis adquiridos são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo da data de aquisição. Depois do reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável, quando aplicável.

Ativos intangíveis gerados internamente não são capitalizáveis e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que foi incorrido.

A vida útil do ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Os ativos intangíveis com vida definida são amortizados linearmente ao longo da vida útil econômica e avaliados à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indício de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização de um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A Companhia registra neste grupo o ágio pago por expectativa de rentabilidade futura.

Os direitos de lavra de jazidas foram mensurados ao custo de formação e a exaustão está sendo calculada com base na quantidade de brita extraída em relação a possança da mina, limitando-se ao saldo registrado no custo de formação dessas jazidas.

**k. Redução ao valor recuperável (Impairment)**

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

O imobilizado e o intangível têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. Quando aplicável, o *ágio pago sobre rentabilidade futura* e os ativos intangíveis com vida útil indefinida têm a recuperação do seu valor testada anualmente independentemente de haver indicadores de perda de valor.

Os valores contábeis de ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

**l. Empréstimos e financiamentos**

Os empréstimos são reconhecidos pelo valor justo, abrangendo o valor original do recurso obtido com a instituição financeira acrescida de eventuais custos de transação, e, subsequentemente, são demonstrados pelo custo amortizado. As despesas com juros são reconhecidas com base no método da taxa de juros efetiva e incluídas em despesas financeiras. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo no prazo superior de doze meses a contar da data de encerramento do balanço.

**(i) Capitalização dos custos dos empréstimos**

Os custos de empréstimos atribuíveis ao contrato de concessão são capitalizados durante a fase de construção de acordo com o CPC 20 (R1) - Custos de empréstimos.

**(ii) Custo de transação na emissão de títulos de dívida**

Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. A taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela concretização da transação até todos os pagamentos efetuados ou a efetuar para a liquidação dessa transação.

**m. Provisões**

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e for mais provável que não que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido, mensuráveis com suficiente segurança, levando-se em conta a posição dos assessores jurídicos da Companhia. Essas provisões são atualizadas periodicamente

**n. Imposto de renda e contribuição social**

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram, quando aplicável, a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa de imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e quaisquer ajustes aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

Impostos diferidos representam os créditos e débitos sobre prejuízos fiscais de IRPJ e base negativa de CSLL, bem como diferenças temporárias entre a base tributária e contábil, mensurados às alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas se reverterem, baseando-se nas leis que foram decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos diferidos são classificados no balanço patrimonial como não circulante.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sob a mesma entidade tributável.

**o. Outros passivos circulantes e não circulantes**

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

**p. Capital social, reservas, dividendos e ajuste de avaliação patrimonial**

O capital social está composto em sua totalidade por ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado no final de cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

De acordo com o estatuto social, os dividendos são reconhecidos no passivo no exercício em que são propostos pela administração e aprovados pela Assembleia geral de acionistas.

Os valores registrados em ajustes de avaliação patrimonial são reclassificados para os lucros acumulados integral ou parcialmente, quando da alienação e/ou depreciação dos ativos a que elas se referem.

**q. Reconhecimento da receita**

**(i) Receita de vendas e serviços**

A receita bruta de vendas e serviços compreende o valor justo da contraprestação recebida pela comercialização de produtos ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia.

Inicialmente a receita é apresentada pelo valor bruto, e, subsequentemente, deduzidas dos tributos incidentes sobre as vendas, abatimentos, devoluções e descontos comerciais, bem como das eliminações das vendas entre empresas relacionadas.

A receita de serviços prestados relacionados aos contratos de construção é determinada por meio de medições dos trabalhos realizados, normalmente documentadas em planilhas de medições que substanciam o estágio de conclusão do serviço na data de encerramento das demonstrações financeiras. A receita do contrato de construção compreende o valor inicial acordado com o cliente, acrescido de variações decorrentes de solicitações adicionais, as reclamações e os pagamentos de incentivos contratuais, na condição em que seja provável que elas resultem em receitas e possam ser mensuradas de forma confiável. Na prática, a Companhia reconhece a receita dos contratos de construção baseada em relatório de medição previamente aprovado pelo cliente e, desde que exista um contrato firmado entre as partes.

A receita de venda de produtos é reconhecida contabilmente no momento que ocorre a transferência ao comprador dos riscos significativos e os benefícios de propriedade das mercadorias.

Uma receita não é reconhecida quando há uma incerteza significativa na sua realização.

As receitas de locação são reconhecidas no resultado quando efetivamente incorridas.

**r. Receitas e despesas financeiras**

Receitas financeiras compreendem, basicamente, os juros ativos de aplicações financeiras, de precatórios e de ganhos na mensuração de ativos financeiros ao valor justo. As despesas financeiras compreendem, basicamente, as tarifas bancárias, juros sobre empréstimos, perdas na mensuração de ativos financeiros ao valor justo.

**s. Benefício de curto prazo a empregados**

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensurados em uma base não descontada e são incorridos como despesas conforme os serviços relacionados sejam prestados.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificações em dinheiro ou participação de lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

(i) *Previdência privada e participação nos lucros*

A Companhia possui plano de benefícios a dirigentes e funcionários, na forma de participação nos lucros e planos de bônus e, também, possuem planos de previdência privada para seus funcionários e dirigentes. A expectativa é de que a participação nos lucros e planos de bônus seja liquidada em até doze meses e encontram-se apresentados pelo valor que se espera ser quitado.

t. *Novas normas e interpretações ainda não adotadas*

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações são efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2018, e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais. Aquelas que podem ser relevante para a Empresa estão mencionadas abaixo:

*IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)*

A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substituiu as orientações existentes na IAS 39 *Financial Instruments: Recognition and Measurement* (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo de redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida.

*IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes)*

A IFRS 15 exige uma entidade a reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que elas esperam receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente em IFRS quando a nova norma for adotada. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida pela IFRS. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos.

*IFRS 16 Leases (Arrendamento)*

A IFRS 16 foi editada pelo IASB em janeiro de 2016 e exige que os arrendatários reconheçam nas demonstrações financeiras o passivo de pagamentos futuros e o direito de uso de um ativo arrendado, incluindo arrendamentos operacionais. Esta norma terá validade a partir de ou após 1º de janeiro de 2019.

A Administração não adotou estas normas de forma antecipada.

A Companhia ainda não escolheu o método de transição para as novas normas, nem determinou os efeitos da nova norma nos relatórios financeiros atuais.

O CPC ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes as estas normas.

### 3 Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da controladora e de suas controladas, conforme detalhado a seguir:

Empresas	Tipo de controle	Participação	
		2017	2016
Corumbá Concessões S.A.	Compartilhado - Direto	22,93%	22,93%
Nossa Casa Engenharia Ltda.	Integral – Indireto	100%	100%
Santa Cruz Rodovias S.A.	Integral - Direto	100%	100%
Mineração São Bento Ltda.	Integral – Direto	100%	-

### 4 Caixa e equivalentes de caixa

	Consolidado		Controladora	
	2017	2016	2017	2016
Caixa e bancos	62.436	13.939	46.504	13.093
Aplicações financeiras diversas	-	24.189	-	279
	<b>62.436</b>	<b>38.128</b>	<b>46.504</b>	<b>13.372</b>

As aplicações financeiras de curto prazo, com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um baixo risco de mudança de valor, são remuneradas com base em cotas de fundo de investimento que tem como objetivo alcançar a variação média do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) que foi de 9,33 % a.a. em 2017 (14 % a.a. em 2016).

### 5 Contas a receber

	Consolidado		Controladora	
	2017	2016	2017	2016
Contas a receber de terceiros	255.895	236.430	206.586	198.238
Contas a receber - partes relacionadas (nota 19)	25.863	57.155	25.863	57.155
Medições a faturar	21.122	110.753	21.122	69.838
Outros	3.596	7.049	3.596	7.049
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(45.302)	(11.557)	(45.302)	(11.210)
	<b>261.174</b>	<b>399.830</b>	<b>211.865</b>	<b>321.070</b>
Circulante	136.232	270.841	86.923	192.081
Não Circulante	124.942	128.989	124.942	128.989

A seguir apresentamos os montantes a receber por idade de vencimento (*aging list*):

	<b>Consolidado</b>		<b>Controladora</b>	
	<b>2017</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
A vencer	35.855	61.326	35.855	23.134
Vencidos:				
de 1 a 30 dias	563	35.560	563	35.560
de 31 a 60 dias	53	2.410	53	2.410
de 61 a 90 dias	15	138	15	138
de 91 a 120 dias	1	53	1	53
de 121 a 180 dias	52	15	52	15
a mais de 180 dias	219.356	136.928	170.047	136.928
<b>Total</b>	<b>255.895</b>	<b>236.430</b>	<b>206.586</b>	<b>198.238</b>

Abaixo a movimentação das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa:

	<b>Consolidado</b>	<b>Controladora</b>
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(11.557)	(11.210)
Provisão	(45.302)	(45.302)
Baixa	11.557	11.210
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>(45.302)</b>	<b>(45.302)</b>

## 6 Estoques

	<b>Consolidado</b>		<b>Controladora</b>	
	<b>2017</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Almoxarifado	18.718	20.241	14.428	13.578
Produtos acabados	2.840	9.335	2.840	9.335
Matéria prima	17	35	17	35
Outros	55	-	55	-
	<b>21.630</b>	<b>29.611</b>	<b>17.340</b>	<b>22.948</b>

## 7 Impostos a Recuperar

	Consolidado		Controladora	
	2017	2016	2017	2016
ISS	1.613	1.351	1.610	1.344
ICMS	658	555	658	555
PIS	8.432	3.579	8.432	2.769
COFINS	2.871	16.194	2.871	12.455
CSLL	13.226	11.940	13.226	10.680
Imposto de renda	20.198	22.136	20.195	15.864
INSS	2.734	5.787	2.729	-
Outros	2.078	1.471	-	1.333
	<b>51.810</b>	<b>63.013</b>	<b>49.721</b>	<b>45.000</b>

## 8 Participações em consórcios

	Controladora	
	2017	2016
BR 364	(2.175)	(2.383)
EMAP Dragagem	-	(7.256)
Porto de Itajaí Emergência	-	(7.728)
Dersa Rodoanel Lote 4 Sul	-	(5.974)
CPTM - Estações - Linha7 Rubi	53	53
DNIT Duplicação BR 101	(4.670)	(4.622)
Belo Monte	10.535	15.904
ROMA	5.585	5.243
SAAE ETE Guarulhos	79	81
Outeirinhos	10.151	1.231
Transposição do Rio São Francisco Lote I, II e VII	(2.947)	(12.209)
Porto de Mucuripe	(139)	(129)
CPTM - Linhas A – F	21.141	18.716
Metro Linha 5	(3.337)	(2.947)
REDUC	-	27.598
CPTM - Linha13 Jade	(498)	7.534
BR 135	(6.587)	(5.365)
Linha 9 Esmeralda	(5.782)	(4.806)
SP 320 - Lotes 5 e 7	(1.301)	(875)
Corredor Inajar de Souza	(176)	62
Sabesp	15.830	28.193
Infraero - Aeroporto de Guarulhos	3.756	3.715
Centro Seco – Ribeirão dos Meninos	3.199	1.929
ETE Alcantara - Sag	(2.704)	942
ETE Bom Sucesso	1.173	1.120
Outros consórcios	(975)	803
	40.211	58.830
Provisão para perdas com encerramento de consórcios	(4.224)	(4.224)
	<b>35.987</b>	<b>54.606</b>



## 9 Outras contas a receber

	Consolidado		Controladora	
	2017	2016	2017	2016
Alienação da Serveng Transportes	98.642	131.300	98.642	131.300
Adiantamento a fornecedores	342	2.139	342	1.137
Outros adiantamentos	238	318	238	318
Créditos a receber de outras empresas	4.610	3.826	4.610	3.826
Provisão ambiental	8.800	-	4.586	-
Outros	10.857	1.313	600	1.271
<b>Total</b>	<b>123.456</b>	<b>138.896</b>	<b>109.018</b>	<b>137.852</b>
Circulante	48.965	40.221	38.708	39.218
Não circulante	74.791	98.675	70.310	98.634

## 10 Precatórios a receber

	Consolidado		Controladora	
	2017	2016	2017	2016
<b>Valor bruto</b>				
DER/SP (a)	61.441	26.406	61.441	26.406
Prefeitura de Cotia (b)	13.668	23.384	13.668	23.384
Prefeitura de Guaratinguetá (b)	2.296	7.720	2.296	7.720
Outros (b)	4.109	4.981	4.109	4.981
	<b>81.514</b>	<b>62.491</b>	<b>81.514</b>	<b>62.491</b>

### Emenda Constitucional 62/09

Em dezembro de 2009 foi publicada a Emenda Constitucional 62 (EC 62/09) instituindo as novas regras relativas ao pagamento devido pelas Fazendas Públicas Federal, Distrital, Estaduais e Municipais, decorrente de decisão judicial transitada em julgado.

Cumprindo a determinação da EC 62/09, o Governo do Estado de São Paulo, principal devedor dos precatórios registrados pela Companhia (ver item a), por meio do Decreto nº 55.300/09, optou pelo Regime Especial por depósito mensal para pagamento de seus precatórios judiciais da administração direta e indireta, ficando incluídos em tal regime os precatórios que ora se encontram pendentes de pagamento e os que vierem a ser emitidos durante a sua vigência. Assim, para pagamento dos precatórios vencidos e a vencer, as Unidades Públicas Devedoras Estaduais depositarão, mensalmente, 1/12 (um doze avos) do valor correspondente a 1,5% (um e meio por cento) da receita corrente líquida apurada no segundo mês anterior ao mês do depósito.

Em 14 de março de 2013, o Supremo Tribunal Federal (STF), por maioria, julgou parcialmente procedentes as Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) 4357 e 4425 para declarar a inconstitucionalidade de parte da Emenda Constitucional 62/2009, que instituiu o novo regime especial de pagamento de precatórios. Com a decisão, foram declarados inconstitucionais dispositivos do artigo 100 da Constituição Federal, que institui regras gerais para precatórios, e integralmente inconstitucional o artigo 97 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), que cria o regime especial de pagamento.

A decisão do Plenário do STF ainda não foi publicada, mas quando ocorrer, deverá esclarecer através do instituto da modulação, o tratamento dos créditos precatórios pendentes de pagamento. A princípio deverá prevalecer regra anterior a vigência da EC 62/09.

### Composição dos precatórios a receber

- (a) O precatório a receber do DER/SP está relacionado a contratos de obras com créditos vencidos, emitidos a favor da controladora Serveng em 1997, para ser pago em dez parcelas anuais a partir de dezembro de 2001, vencendo a última parcela em 31 de dezembro de 2010. O saldo remanescente está demonstrado pelo montante definido judicialmente, atualizado monetariamente até novembro de 2009 por índices de atualização e juros definidos judicialmente e, a partir de dezembro de 2009, pela variação da caderneta de poupança.
- (b) Outros precatórios a receber estão relacionados principalmente com contratos de obras executadas pela controladora Serveng para diversas prefeituras com créditos vencidos, destacadamente com as prefeituras municipais de Cotia, Guaratinguetá e outras.

Para os demais precatórios, em razão do recente julgamento ocorrido em 14 de março de 2013, cujo acórdão ainda não publicado, e como consequência a indefinição das regras que serão aplicadas aos pagamentos de precatórios pelo Tribunal de Justiça de São Paulo e/ou Governo do Estado de São Paulo e demais entes devedores da administração pública, a Administração optou por manter registrado no ativo não-circulante a totalidade dos valores a receber de precatórios, até que haja uma posição em definitiva em relação aos efeitos do julgamento por parte do STF quanto a inconstitucionalidade da EC 62/09 e o tratamento que deverão ter os créditos decorrentes de precatórios.

## 11 Investimentos

	Consolidado		Controladora	
	2017	2016	2017	2016
Investimentos mensurados por equivalência patrimonial	37.670	36.180	25.215	14.759
Participações em sociedades em conta de participação	14.843	18.581	14.843	18.581
Lucro não realizado com controladas (a)	52.513 (28.352)	54.761 (29.096)	40.058 (28.352)	33.340 (29.096)
	<b><u>24.161</u></b>	<b><u>25.665</u></b>	<b><u>11.706</u></b>	<b><u>4.244</u></b>
			<b>2017</b>	<b>2016</b>
Lucro não realizado			<u>28.352</u>	<u>29.096</u>
<b>Impostos diferidos</b>				
Imposto de renda			(7.088)	(7.274)
Contribuição social			<u>(2.552)</u>	<u>(2.619)</u>
			<u>(9.640)</u>	<u>(9.893)</u>
<b>Lucro não realizado líquido</b>			<b><u>18.712</u></b>	<b><u>19.203</u></b>

- (a) Construção de ativo imobilizado na controlada Corumbá Concessões S.A.

As informações da controladora sobre as participações societárias avaliadas pela equivalência patrimonial estão apresentadas como segue:

Empresa	Capital social	Lucro (prejuízo) ajustado	Patrimônio líquido	Participação no capital da investida	Patrimônio líquido ajustado	Investimento		Equivalência patrimonial	
						2017	2016	2017	2016
Corumbá Concessões S.A.	155.224	9.047	164.271	22,93%	37.670	37.670	36.180	1.646	1.093
Dragaport Engenharia Ltda.	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.380)
Santa Cruz Rodovias S.A.	1.254	(4.740)	(3.486)	100%	(3.486)	(3.486)	(2.815)	(1.625)	(1.477)
Nossa Casa Engenharia Ltda.	14.785	(25.953)	(11.168)	100%	(11.168)	(11.168)	(18.606)	(6.845)	(17.943)
Serveng Transportes Ltda.	-	-	-	-	-	-	-	-	15.619
Mineração São Bento Ltda	2.641	(442)	2.199	99,99%	2.199	2.199	-	(442)	-
Participações em controladas						25.215	14.759	(7.266)	(4.088)
Sociedades em conta de participação						14.843	18.581	(1.055)	(46.076)
Lucro não realizado						(28.352)	(29.096)	-	-
<b>Total avaliado por equivalência patrimonial</b>						<b>11.706</b>	<b>4.244</b>	<b>(8.321)</b>	<b>(50.164)</b>

## 12 Imobilizado

Controladora	Taxa de depreciação (a.a.%)	2017		2016	
		Custo	Depreciação acumulada	Saldo residual	Saldo residual
Terrenos		3.927	-	3.927	3.937
Edifícios e construções	2,8	18.173	(12.268)	5.905	6.466
Máquinas e equipamentos	4 a 25	211.426	(108.912)	102.514	117.462
Veículos	14 a 20	165.001	(99.180)	65.821	75.972
Móveis, utensílios e outros	10	3.063	(2.416)	647	781
Equipamentos de informática	20	5.555	(5.225)	330	563
Benfeitorias	4	4.203	(953)	3.250	3.424
Obras em andamento		-	-	-	2.525
<b>Total</b>		<b>411.348</b>	<b>(228.954)</b>	<b>182.394</b>	<b>211.130</b>

### Consolidado

	Taxa de depreciação (a.a.%)	2017		2016	
		Custo	Depreciação acumulada	Saldo residual	Saldo residual
Terrenos		3.927	-	3.927	3.937
Edifícios e construções	2,8	18.173	(12.268)	5.905	6.466
Máquinas e equipamentos	4 a 25	238.815	(126.708)	112.106	130.378
Veículos	14 a 20	166.453	(100.413)	66.040	76.664
Móveis, utensílios e outros	10	5.137	(4.668)	469	752
Equipamentos de informática	20	6.416	(5.605)	810	1.184
Benfeitorias	4	9.594	(6.342)	3.252	6.520
Obras em andamento e outros		-	-	-	2.577
<b>Total</b>		<b>448.515</b>	<b>(256.004)</b>	<b>192.509</b>	<b>228.478</b>

**a. Mapa de movimentação do imobilizado - consolidado**

Custo	Taxa	01/01/2016	Adições	Baixas	Transf./Ajustes	31/12/2016	Adições	Baixas	31/12/2017
	Depreciação (a.a%)								
Máquinas e equipamentos	4 a 25	256.891	2.465	(8.866)	3.687	254.177	330	(15.692)	238.815
Veículos	10 a 25	169.058	2.706	(1.097)	-	170.667	83	(4.297)	166.453
Edifícios e construções	2,8	18.172	-	-	-	18.172	-	-	18.172
Obras em andamento	4 a 25	14.162	7.126	(2.338)	(3.692)	15.258	5	(5.669)	9.594
Terrenos	-	4.149	-	(212)	-	3.937	-	(11)	3.926
Móveis e utensílios	10	6.183	90	(904)	5	5.374	47	(284)	5.137
Computadores e periféricos	20	5.816	743	(166)	-	6.392	67	(43)	6.416
<b>Total do Custo</b>		<b>474.431</b>	<b>13.130</b>	<b>(13.583)</b>	<b>-</b>	<b>473.977</b>	<b>532</b>	<b>(25.996)</b>	<b>448.513</b>
<b>Total da Depreciação</b>		<b>(214.827)</b>	<b>(32.940)</b>	<b>2.267</b>	<b>-</b>	<b>(245.499)</b>	<b>(20.015)</b>	<b>9.511</b>	<b>(256.004)</b>
<b>Total do imobilizado</b>		<b>259.604</b>	<b>(19.810)</b>	<b>(11.316)</b>	<b>-</b>	<b>228.478</b>	<b>(19.483)</b>	<b>(16.485)</b>	<b>192.510</b>

**b. Mapa de movimentação do imobilizado - controladora**

Custo	Taxa	01/01/2016	Adições	Baixas	Transf./Ajustes	31/12/2016	Adições	Baixas	31/12/2017
	depreciação (a.a%)								
Máquinas e equipamentos	4 a 25	213.649	2.465	(67)	3.687	219.734	330	(8.638)	211.426
Veículos	10 a 25	167.068	2.688	(1.097)	-	168.659	83	(3.739)	165.003
Edifícios e construções	2,8	18.172	-	-	-	18.172	-	-	18.172
Obras em andamento	4 a 25	10.011	404	-	(3.692)	6.723	5	(2.526)	4.202
Terrenos	-	3.937	-	-	-	3.937	-	(11)	3.927
Móveis e utensílios	10	3.011	90	(73)	5	3.033	47	(18)	3.062
Computadores e periféricos	20	5.618	37	(166)	-	5.489	67	-	5.556
<b>Total do custo</b>		<b>421.466</b>	<b>5.684</b>	<b>(1.403)</b>	<b>-</b>	<b>425.747</b>	<b>532</b>	<b>(14.932)</b>	<b>411.348</b>
<b>Total da depreciação</b>		<b>(188.046)</b>	<b>(27.837)</b>	<b>1.266</b>	<b>-</b>	<b>(214.617)</b>	<b>(23.848)</b>	<b>9.511</b>	<b>(228.954)</b>
<b>Total do imobilizado</b>		<b>233.420</b>	<b>(22.153)</b>	<b>(137)</b>	<b>-</b>	<b>211.130</b>	<b>(23.316)</b>	<b>(5.421)</b>	<b>182.393</b>

## 13 Intangível

### Consolidado

	Taxa de amortização (a.a.%)	2017		2016	
		Custo	Amortização e exaustão acumulada	Saldo residual	Saldo Residual
Ágio pago na aquisição de investimentos		187	-	187	527
Direitos de lavra	(a)	28.355	(3.278)	25.076	25.147
Softwares	20%	28.550	(23.696)	4.854	8.451
Outros		26	-	26	26
		<b>57.117</b>	<b>(26.974)</b>	<b>30.143</b>	<b>34.151</b>

### Controladora

	Taxa de Amortização (a.a.%)	2017		2016	
		Custo	Amortização e exaustão acumulada	Saldo residual	Saldo Residual
Ágio pago na aquisição de investimentos		187	-	187	527
Direitos de lavra	(a)	28.355	(3.278)	25.076	25.147
Softwares	20%	28.547	(23.696)	4.851	8.342
Outros		26	-	26	26
		<b>57.114</b>	<b>(26.974)</b>	<b>30.140</b>	<b>34.042</b>

- (a) A exaustão é calculada com base na quantidade de brita extraída em relação a possança da mina, limitando-se ao saldo registrado no custo de formação das jazidas. As jazidas existentes continuam sendo exploradas comercialmente, não havendo por enquanto razões econômicas que inviabilizem essa exploração;

### Mapa de movimentação do ativo intangível - consolidado

	Saldo em 01/01/2016	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2016	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2017
Ágio pago na aquisição de investimentos	527	-	-	527	-	(341)	186
Direitos de lavra	28.355	-	-	28.355	-	-	28.355
Software	28.484	139	-	28.623	91	-	28.714
Outros	131	-	(105)	26	-	-	26
Total do custo	57.497	139	(105)	57.531	91	(341)	57.281
Amortização acumulada	(19.597)	(3.783)	-	(23.380)	(3.758)	-	(27.138)
<b>Valor residual do ativo intangível</b>	<b>37.900</b>	<b>(3.644)</b>	<b>(105)</b>	<b>34.151</b>	<b>(3.667)</b>	<b>(341)</b>	<b>30.143</b>

### Mapa de movimentação do ativo intangível - controladora

	Saldo em 01/01/2016	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2016	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2017
Ágio pago na aquisição de investimentos	527	-	-	527	-	(341)	186
Direitos de lavra	28.355	-	-	28.355	-	-	28.355
Software	28.440	15	-	28.455	91	-	28.546
Outros	26	-	-	26	-	-	26
Total do custo	57.348	15	-	57.363	91	(341)	57.113
Amortização acumulada	(19.597)	(3.724)	-	(23.321)	(3.652)	-	(26.973)
<b>Valor residual do ativo intangível</b>	<b>37.751</b>	<b>(3.709)</b>	<b>-</b>	<b>34.042</b>	<b>(3.561)</b>	<b>(341)</b>	<b>30.140</b>

## 14 Fornecedores

	Consolidado		Controladora	
	2017	2016	2017	2016
Fornecedores	52.523	72.661	25.991	30.024
Fornecedores - partes relacionadas (nota 19)	7.166	6.389	7.166	6.389
	<u>59.689</u>	<u>79.050</u>	<u>33.157</u>	<u>36.413</u>

## 15 Empréstimos e financiamentos

	Consolidado		Controladora	
	2017	2016	2017	2016
Financiamento de equipamentos - FINAME PSI 2 (a)	7.730	22.080	7.730	22.080
Outros	2.314	5.142	-	-
	<u>10.044</u>	<u>27.222</u>	<u>7.730</u>	<u>22.080</u>
Circulante	7.730	17.264	7.730	16.038
Não circulante	2.314	9.958	-	6.042

- (a) FINAME PSI 2 foram tomados com instituições financeiras para financiar aquisições de financiamentos de máquinas e equipamentos, estando sujeitos a encargos fixos de 4,5% a 5,5% a.a. e TJLP + juros que variam de 3,2 a 3,7% a.a., com prazo de amortização mensal de até 60 meses. O valor financiado está garantido pela alienação fiduciária de equipamentos e aval de acionistas da Companhia.

As parcelas de longo prazo têm vencimento como segue:

Anos	Consolidado	Controladora
2019	<u>2.314</u>	-
<b>Total</b>	<u><b>2.314</b></u>	<u><b>-</b></u>



## 16 Impostos e contribuições a recolher

	Consolidado		Controladora	
	2017	2016	2017	2016
Obrigações fiscais				
Tributos parcelados	7.836	18.393	7.697	18.103
ISS	7.020	17.511	7.094	15.818
COFINS	8.709	11.032	7.019	8.568
PIS	1.636	3.600	1.231	3.232
ICMS	379	366	377	362
Obrigações previdenciárias	3.353	11.850	3.063	11.393
Outros	3.733	8.376	421	4.825
	<b>32.666</b>	<b>71.128</b>	<b>26.902</b>	<b>62.301</b>
Circulante	24.985	63.223	19.360	54.602
Não circulante	7.681	7.905	7542	7.699

As parcelas de longo prazo têm vencimento como segue:

Anos	Consolidado	Controladora
2019	155	155
2020	155	155
2021	155	155
2022	155	155
2023 em diante	285	285
<b>Total</b>	<b>905</b>	<b>905</b>

## 17 Provisão para contingências

<b>Consolidado</b>				
		<b>2017</b>		<b>2016</b>
	<b>Provisão</b>	<b>Depósito Judicial</b>	<b>Saldo líquido</b>	<b>Saldo Líquido</b>
<b>Ativo</b>				
Processos tributários - Corumbá	-	25.357	25.357	25.357
Processos trabalhistas	-	2.295	2.295	-
	<b>-</b>	<b>27.652</b>	<b>27.652</b>	<b>25.357</b>
<b>Passivo</b>				
Processos tributários	43.798	29.439	14.359	4.058
Processos cíveis	22.215	3.957	18.258	9.380
Processos trabalhistas	49.483	14.637	34.846	13.966
	<b>115.496</b>	<b>48.033</b>	<b>67.463</b>	<b>27.404</b>
<b>Controladora</b>				
		<b>2017</b>		<b>2016</b>
	<b>Provisão</b>	<b>Depósito judicial</b>	<b>Saldo líquido</b>	<b>Saldo líquido</b>
<b>Ativo</b>				
Processos tributários - Corumbá	-	25.357	25.357	25.357
Processos trabalhistas	-	-	-	-
	<b>-</b>	<b>25.357</b>	<b>25.357</b>	<b>25.357</b>
<b>Passivo</b>				
Processos tributários	43.798	29.437	14.361	3.917
Processos cíveis	21.634	3.957	17.677	9.351
Processos trabalhistas	41.187	13.927	27.260	9.330
	<b>106.619</b>	<b>47.321</b>	<b>59.298</b>	<b>22.598</b>

A Companhia e as suas controladas com controle integral possuem outras contingências passivas em 31 de dezembro de 2017 no montante aproximado de R\$ 231.027 (R\$ 237.245 em 2016), que foram avaliadas pelos assessores jurídicos como possíveis e, portanto, nenhuma provisão para perdas foi consignada nas demonstrações financeiras consolidadas. A composição por natureza está demonstrada a seguir:

	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Processos tributários	92.245	146.099
Processos cíveis	100.418	90.741
Processos trabalhistas	38.364	405
	<b>231.027</b>	<b>237.245</b>

## 18 Outras contas a pagar

	Consolidado		Controladora	
	2017	2016	2017	2016
Consórcios	3.652	7.747	-	-
Adiantamento de clientes	4.297	7.371	4.291	7.371
Honorários advocatícios	5.671	5.982	5.671	5.982
Provisão ambiental (a)	8.800	-	4.586	-
Outros	5.230	5.016	1.074	994
	<u>27.650</u>	<u>26.116</u>	<u>15.622</u>	<u>14.347</u>
Circulante	9.419	12.359	5.339	8.334
Não circulante	18.231	13.757	10.283	6.013

- a) Refere-se aos custos para o fechamento das minas e desativação dos ativos minerários vinculados. A projeção estimada destes custos foi elaborada pela equipe técnica da companhia e submetido a validação pela administração.

## 19 Partes relacionadas

Os principais saldos de partes relacionadas decorrem de transações com a Companhia e seus controladores, controladas e coligadas, as quais foram realizadas em condições usuais de mercado.

Os saldos e transações estão demonstrados a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	2017	2016	2017	2016
<b>Ativo circulante</b>				
Contas a receber				
Consórcios	2.688	3.387	2.688	3.387
Dragaport Engenharia	38	-	38	-
Forte Canto de Baixo	2.656	6.750	2.656	6.750
Mineração Aparecida	897	2.663	897	2.663
Mineração Barueri	24	899	24	899
Mineração Jambéiro	4	32	4	32
Mineração São Luis	26	-	26	-
Projeto Energias Renováveis (Eólicas)	11.837	-	11.837	-
Serveng Desenvolvimento Imobiliário	-	23	-	23
Serveng Transportes	-	333	-	333
SM Geração de Energia	8.475	11.837	8.475	11.837
Soares Penido	45	-	45	-
Ventos de Santo Antônio	2.688	12.735	2.688	12.735
Ventos do Canto de Baixo	38	9.830	38	9.830
Ventos Parazinhenses	-	8.475	-	8.475
Ventos Potiguares	2.656	24	2.656	24
(nota 5)	<u>26.690</u>	<u>56.988</u>	<u>26.690</u>	<u>56.988</u>
Outras contas a receber				
Acionista	32.992	32.992	32.992	32.992
(nota 9)	<u>32.992</u>	<u>32.992</u>	<u>32.992</u>	<u>32.992</u>

*Serveng-Civilsan S.A. - Empresas  
Associadas de Engenharia  
Demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2017 e 2016*

Dividendos a receber				
Corumbá Concessões	162	104	162	104
Nossa Casa Engenharia	-	-	7.674	8.674
	<u>162</u>	<u>104</u>	<u>7.836</u>	<u>8.778</u>
<b>Ativo não circulante</b>				
Mútuos				
Corumbá Concessões	6.080	2.019	6.080	2.019
	<u>6.080</u>	<u>2.019</u>	<u>6.080</u>	<u>2.019</u>
Outras contas a receber				
Acionista	65.650	98.475	65.650	98.475
(nota 9)	<u>65.650</u>	<u>98.475</u>	<u>65.650</u>	<u>98.475</u>
Adiantamento para futuro aumento de capital				
Corumbá Concessões S.A	38.195	38.195	38.195	38.195
Nossa Casa Engenharia	-	-	-	15.035
	<u>38.195</u>	<u>38.195</u>	<u>38.195</u>	<u>53.230</u>
<b>Passivo circulante</b>				
Fornecedores				
Campina Potiguar	815	815	815	815
Canto da Ilha	766	766	766	766
Energia Potiguar	805	805	805	805
Esquina dos Ventos	461	461	461	461
Ilha dos Ventos	381	381	381	381
Morro dos Ventos	1.377	1.377	1.377	1.377
Ponta do Vento Leste	545	545	545	545
Pontal do Nordeste	311	311	311	311
Torres de Pedra	543	543	543	543
Torres de São Miguel	380	380	380	380
Ventos Potiguares	-	5	-	5
(nota 14)	<u>6.384</u>	<u>6.389</u>	<u>6.384</u>	<u>6.389</u>
<b>Passivo não circulante</b>				
Mútuos				
Mineração Aparecida	-	550	-	550
Mineração Barueri	-	600	-	600
Mineração Jambeiro	-	914	-	914
Mogi das Cruzes	1.170	800	1.170	800
Santa Cruz Rodovias	-	-	-	963
Serveng Transportes	3.250	-	3.250	-
Soares Penido	1.150	-	1.150	-
	<u>5.570</u>	<u>2.864</u>	<u>5.570</u>	<u>3.827</u>
Adiantamento para futuro aumento de capital				
Soares Penido	85.569	900	85.569	900
	<u>85.569</u>	<u>900</u>	<u>85.569</u>	<u>900</u>

### **Remuneração da Administração e da Diretoria**

Durante o exercício de 2017, os Administradores da Companhia e controladas receberam remuneração a título de honorários, no montante de R\$ 2.845 (R\$ 4.149 em 2016), sendo contabilizada como despesas com pessoal e encargos no grupo de despesas administrativas e gerais.

## **20 Patrimônio líquido**

### **a. Capital social**

Em 31 de dezembro de 2017 o capital social da Companhia é de R\$ 904.203 (R\$ 903.303 em 2016), representado por 32.453.198.529 (32.420.895.309 em 2016) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

### **b. Prejuízos acumulados**

	<b>2017</b>
Saldo inicial	(189.208)
Realização do custo atribuído de ativos	(905)
Prejuízo líquido do exercício	<u>(130.980)</u>
	<u><b>(321.093)</b></u>

### **c. Ajuste de avaliação patrimonial**

	<b>2017</b>
Saldo inicial	31.859
Realização do custo atribuído de ativos	<u>905</u>
	<u><b>32.764</b></u>

## **21 Receita operacional líquida**

	<b>Consolidado</b>		<b>Controladora</b>	
	<b>2017</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
<b>Receita operacional bruta</b>				
Receita de serviços	680.693	980.540	673.941	972.248
Outras receitas	<u>377</u>	<u>74.329</u>	<u>377</u>	<u>46.562</u>
	<u>681.069</u>	<u>1.054.869</u>	<u>674.317</u>	<u>1.018.810</u>
<b>Deduções</b>				
Impostos sobre as vendas	(47.763)	(74.786)	(47.746)	(73.953)
Taxas diversas, devoluções e abatimentos	<u>(102)</u>	<u>(2.013)</u>	<u>(102)</u>	<u>(1.244)</u>
	<u>(47.865)</u>	<u>(76.799)</u>	<u>(47.848)</u>	<u>(75.197)</u>
	<u><b>633.204</b></u>	<u><b>978.070</b></u>	<u><b>626.469</b></u>	<u><b>943.613</b></u>

## 22 Custo do produto vendido

	Consolidado		Controladora	
	2017	2016	2017	2016
Mão de obra	(215.480)	(322.532)	(214.887)	(306.281)
Materiais e peças	(180.797)	(259.917)	(180.563)	(245.174)
Serviços de terceiros	(149.152)	(237.140)	(148.097)	(229.211)
Alugueis	(40.166)	(75.966)	(40.110)	(73.482)
Custo do produto vendido	(26.396)	(17.153)	(17.012)	(17.153)
Depreciação e amortização	(6.188)	(3.520)	(5.840)	(3.520)
Outros	(19.430)	(2.393)	(19.376)	(1.898)
	<b>(637.609)</b>	<b>(918.621)</b>	<b>625.885</b>	<b>(876.719)</b>

## 23 Administrativas, comerciais e gerais

	Consolidado		Controladora	
	2017	2016	2017	2016
Despesas com pessoal	(52.522)	(82.198)	(52.335)	(74.215)
Combustíveis e lubrificantes	(23.302)	(38.874)	(23.236)	(38.874)
Depreciação e amortização	(24.120)	(31.136)	(23.680)	(31.077)
Peças p/ máquinas, equipamentos e veículos	(20.852)	(34.262)	(20.852)	(34.262)
Serviços de terceiros	(16.094)	(29.227)	(15.597)	(26.316)
Despesas tributárias	(10.851)	(8.209)	(10.661)	(7.717)
Manutenção de edifícios	(2.012)	(5.301)	(1.987)	(5.284)
Frete	(181)	(3.100)	(181)	(3.100)
Alugueis	(2.217)	(2.290)	(2.192)	(1.112)
Provisão (reversão) para devedores duvidosos	(34.192)	8.394	(34.092)	8.193
Outras	(6.717)	(9.086)	(6.569)	(7.256)
	<b>(193.060)</b>	<b>(235.289)</b>	<b>(191.382)</b>	<b>(221.020)</b>

## 24 Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	Consolidado		Controladora	
	2017	2016	2017	2016
Ganho na alienação de investimento transportes	-	35.663	-	37.378
Recuperação de danos	5.521	12.472	5.521	12.465
Resultado na alienação de ativo imobilizado	(467)	414	(467)	422
Provisão (reversão) para contingências	(39.153)	(3.728)	(37.743)	(19.823)
Indenização trabalhista	(18.161)	(3.491)	(17.308)	(3.444)
Outras	(720)	4.472	(718)	1.104
	<b>(52.980)</b>	<b>45.802</b>	<b>(50.715)</b>	<b>28.102</b>

## 25 Resultado financeiro

	Consolidado		Controladora	
	2017	2016	2017	2016
<b>Receitas financeiras</b>				
Descontos obtidos	18.115	31.574	18.034	31.538
Receita de aplicação financeira	1.395	6.093	1.394	5.962
Juros recebidos	37.353	541	37.353	535
Outras	31	156	30	156
	56.894	38.364	56.811	38.191
<b>Despesas financeiras</b>				
Juros pagos	(9.409)	(11.637)	(9.391)	(11.511)
Imposto sobre operações financeiras (IOF)	(52)	(942)	(40)	(749)
Despesas bancárias	(516)	(336)	(503)	(230)
Outras	(65)	(59)	(64)	(59)
	(10.042)	(12.974)	(9.998)	(12.549)
	<b>46.852</b>	<b>25.390</b>	<b>46.813</b>	<b>25.642</b>

## 26 Imposto de renda e contribuição social diferidos

	Consolidado		Controladora	
	2017	2016	2017	2016
<i>Ativo</i>				
<b>Imposto de renda e contribuição social diferida:</b>				
Diferenças temporárias	35.875	10.754	35.875	10.754
Prejuízos fiscais	49.811	20.255	49.811	20.255
Total diferido ativo	85.686	31.009	85.686	31.009
<i>Passivo</i>				
<b>Imposto de renda e contribuição social diferida:</b>				
Ações valor justo	169	552	169	552
Exclusões temporárias de órgãos públicos	21.016	18.647	21.016	18.647
Depreciação valor justo	50.300	50.913	50.300	50.913
Atualização precatórios	20.914	20.914	20.914	20.914
Outras exclusões	(7.723)	11.490	(7.723)	11.490
Total diferido passivo	84.676	102.516	84.676	102.516
Total do imposto de renda e contribuição social diferido	(1.010)	71.507	(1.010)	71.507

**Cálculo alíquota de imposto efetiva**

Lucro antes do IR e da CSLL	203.004	149.393	203.023	150.546
IR e CSLL - calculado à alíquota de 34%	69.021	50.794	69.028	51.186
<b>Ajustes permanentes nas bases de cálculo do IR e da CSLL</b>				
IR e CSLL sobre resultado de participações societárias	(2.829)	(20.372)	(2.829)	(20.372)
Outras Adições/exclusões permanentes	(21.554)	(19.569)	(21.542)	(18.808)
Incentivos Fiscais	29.029	-	29.029	-
IR e CSLL correntes	(870)	(5.052)	(851)	(3.677)
IR e CSLL diferidos	72.892	322	72.892	100
IR e CSLL no resultado	<u>72.022</u>	<u>4.730</u>	<u>72.041</u>	<u>3.577</u>
Alíquota efetiva	<u>35%</u>	<u>3%</u>	<u>35%</u>	<u>2%</u>

## 27 Instrumentos financeiros

### a. Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas operam com instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, contas a receber, contas a pagar a fornecedores e empréstimos, financiamentos. Adicionalmente, a Companhia não opera com instrumento financeiro derivativo.

Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos.

### b. Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, outros ativos circulantes e contas a pagar

Os valores contabilizados aproximam-se dos de realização.

### c. Política de gestão de riscos financeiros

A Companhia e suas controladas possuem e segue política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. A Companhia e suas controladas apresentam exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Risco de mercado



- Risco operacional

#### **Risco de crédito**

É o risco de prejuízo financeiro da Companhia e suas controladas caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem, também, dos recebíveis de clientes de suas controladas.

A exposição da Companhia e suas controladas ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. A Companhia e suas controladas estabeleceram uma política de crédito sob a qual todo o novo cliente tem sua capacidade de crédito analisada individualmente antes dos termos e das condições padrão de pagamento. As controladas estabelecem uma provisão para créditos de liquidação duvidosa que representa sua estimativa de perdas incorridas com relação às contas a receber de clientes. O principal componente desta provisão é específico e relacionado a riscos significativos individuais.

Em 31 de dezembro de 2017 a exposição máxima é de R\$ 249.822 (R\$ 349.190 em 2016) referente ao caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outras contas a receber.

#### **Risco de liquidez**

É o risco em que a Companhia e suas controladas irão encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia e suas controladas na administração de liquidez são de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia e suas controladas.

A tabela a seguir demonstra em detalhes o vencimento dos passivos financeiros contratados:

<b>Operação</b>	<b>Até 1 ano</b>	<b>De 2 a 5 anos</b>	<b>Acima de 5 anos</b>	<b>Total</b>
Fornecedores	59.689	-	-	59.689
Empréstimos e financiamentos	7.730	2.314	-	10.044
Outras contas a pagar	9.419	18.231	-	27.650
	<b>76.838</b>	<b>20.545</b>	-	<b>97.383</b>

Tipicamente, a Companhia e suas controladas garantem que possuem caixa à vista suficiente para cumprir com despesas operacionais esperadas para um período de 60 dias, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras, isto exclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais.

#### **Risco de mercado**

Risco de taxas de juros e inflação: não existe risco de taxas de juros decorrente de parcelas de dívidas e aplicações financeiras, que podem afetar negativamente as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação.

***Risco operacional***

É o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e suas controladas e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. O objetivo da Companhia e suas controladas é administrar o risco operacional e risco na qualidade de serviços para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e suas controladas.

***Gestão de capital***

A política da diretoria é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio.

***Análise de instrumentos financeiros***

É apresentada a seguir uma tabela de comparação por classe de valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia:

	Valor contábil		Valor justo	
	2017	2016	2017	2016
<b>Ativos financeiros</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	62.436	38.128	62.436	38.128
Contas a receber	261.174	399.830	261.174	399.830
Outras contas a receber	123.456	138.896	123.456	138.896
Ativos financeiros	498	468	498	468
	<b>447.565</b>	<b>577.322</b>	<b>447.565</b>	<b>577.322</b>
<b>Passivos financeiros</b>				
Fornecedores	59.689	79.050	59.689	79.050
Empréstimos e financiamentos	10.044	27.222	10.044	27.222
Dividendos a pagar	-	171	-	171
Outras contas a pagar	27.650	26.116	27.650	26.116
	<b>97.383</b>	<b>132.559</b>	<b>97.383</b>	<b>132.559</b>

Os valores desses instrumentos reconhecidos no balanço patrimonial não diferem dos valores justos.

- Contas a receber de clientes e fornecedores se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo destes instrumentos.
- Empréstimos e financiamentos são corrigidos conforme contrato e representam o saldo a ser liquidado na data do encerramento das obrigações contratuais.

Instrumentos financeiros por categoria:

	2017			2016		
	Empréstimos e recebíveis	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Empréstimos e recebíveis	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado
<b>Ativos financeiros</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	6.602	56.374	-	13.939	24.189	-
Contas a receber	261.174	-	-	399.830	-	-
Outros contas a receber	123.456	-	-	138.896	-	-
Ativos financeiros	498	-	-	468	-	-
	<b>391.763</b>	<b>56.374</b>	<b>-</b>	<b>553.100</b>	<b>24.189</b>	<b>-</b>
<b>Passivos financeiros</b>						
Fornecedores	-	-	59.689	-	-	79.050
Empréstimos e financiamentos	-	-	10.044	-	-	27.222
Dividendos a pagar	-	-	-	-	-	171
Outras contas a pagar	-	-	27.650	-	-	26.116
	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>97.383</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>132.559</b>

### ***Hierarquia de valor justo***

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, por níveis de hierarquia do valor justo, utilizando um método de avaliação.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos
- **Nível 2:** inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços)
- **Nível 3:** premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseados e dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Os instrumentos financeiros não derivativos avaliados a valor justo são as aplicações financeiras que foram classificadas no Nível 2.

### ***Análise da sensibilidade dos ativos e passivos financeiros***

O principal risco atrelado às operações da Companhia e suas controladas está ligado a variação do CDI para aplicações financeiras e TJLP para os financiamentos.

As aplicações financeiras estão registradas a valor de mercado, conforme cotações divulgadas pelas respectivas instituições financeiras e os demais se referem, em sua maioria, a certificado de depósito bancário, portanto, o valor registrado desses títulos não apresenta diferença para o valor de mercado.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras e financiamentos aos quais a Companhia e suas controladas estava exposta na data base de 31 de dezembro de 2017, foram definidos 3 cenários diferentes. Com base em projeções divulgadas por instituições financeiras, foi obtida para os próximos 12 meses a média de 9,33% para o CDI e 7% para a TJLP, sendo estes definidos como cenário provável; e a partir deste, foram estimados com uma apreciação e desvalorização de 25% e 50%, respectivamente:

Operação	Exposição	Risco	Provável	Aumento		Redução	
				25%	50%	25%	50%
Aplicação financeira Receita financeira	-	CDI	-	-	-	-	-
Financiamentos Despesa financeira	10.044	TJLP	(703)	(879)	(1.055)	(527)	(352)
<b>Resultado financeiro</b>			<b>(703)</b>	<b>(879)</b>	<b>(1.055)</b>	<b>(527)</b>	<b>(352)</b>

## 28 Eventos subsequentes

Não ocorreram eventos subsequentes após a data de encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

\* \* \*

**A Diretoria**

**Contabilidade**